

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS DO AMAPÁ

Luiza Picanço Nunes

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Doutoranda em Estudos de Fronteira
E-mail: luizapnunes@gmail.com

Juciley Barros da Silva

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Acadêmico de Medicina
E-mail:
jucileymed@gmail.com

Michael Weder Moraes de Abreu

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Acadêmico de Medicina
E-mail:
maykon111@hotmail.com

Palavras-chave: internato Rural; Saúde Ribeirinha; Atenção Primária.

Introdução: O estado do Amapá apresenta características singulares, marcado pela presença de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas que enfrentam desafios estruturais para acessar serviços de saúde. A distância geográfica, a escassez de profissionais e a limitação de infraestrutura impactam diretamente a qualidade e a continuidade do cuidado. Nesse contexto, o internato rural se configura como uma prática essencial na formação médica, possibilitando a vivência direta das realidades amazônicas e fortalecendo a compreensão do papel social do médico. Este relato tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicos de Medicina durante atendimentos nessas comunidades tradicionais, destacando aprendizados, desafios e contribuições para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Metodologia: Trata-se de um relato de experiência desenvolvido durante o internato rural em diferentes comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas do estado do Amapá. As atividades envolveram atendimentos clínicos e ações educativas com crianças, adultos, idosos e gestantes, incluindo pacientes com e sem comorbidades crônicas e casos psiquiátricos. Os atendimentos ocorreram em unidades básicas, escolas, malocas, centros comunitários e espaços adaptados de acordo com a realidade local. Demandas de resolução imediata foram manejadas pela equipe; situações de maior complexidade foram encaminhadas aos serviços de referência da rede municipal e estadual.

Resultados e Discussão: Foram identificados diversos agravos de saúde, especialmente relacionados a condições infecciosas, doenças crônicas não transmissíveis, vulnerabilidades psicossociais, demandas de saúde da mulher, do idoso e saúde infantil. Nas populações

indígenas e quilombolas, observou-se a influência de determinantes culturais, territoriais e socioeconômicos que moldam práticas de saúde e adoecimento. Em muitas situações, foi possível resolver queixas imediatamente, mediante intervenções clínicas, orientações, prescrição e ações educativas. Quando não houve possibilidade de resolução local, a equipe realizou encaminhamento responsável, garantindo a continuidade do cuidado. A experiência permitiu aos acadêmicos reconhecerem a complexidade da saúde em territórios tradicionais e a importância de abordagens sensíveis às dimensões socioculturais. Além disso, evidenciou lacunas assistenciais significativas, reforçando o papel estratégico da Atenção Primária e a necessidade de políticas intersetoriais voltadas a populações vulnerabilizadas. O contato direto com os modos de vida ribeirinhos, indígenas e quilombolas proporcionou ampliação da visão humanizada do cuidado, desenvolvimento de habilidades comunicacionais e compreensão da interculturalidade no exercício profissional.

Conclusão: O internato rural em comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas do Amapá representa uma experiência formativa singular e transformadora. Ao permitir que os acadêmicos atuem em territórios frequentemente desassistidos, o programa promove a vivência da realidade amazônica, fortalece o compromisso social do futuro médico e contribui para a ampliação do acesso à saúde nas populações tradicionais. A combinação entre atendimentos resolutivos e encaminhamentos adequados reforça a relevância do SUS e a necessidade de políticas que valorizem e assegurem cuidado integral nesses territórios. Dessa forma, o internato rural se confirma como prática indispensável para a formação de profissionais sensíveis, preparados e alinhados às demandas da Amazônia.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: MS, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: MS, 2018.

SILVA, J. A.; LIMA, R. T. Saúde ribeirinha e comunidades tradicionais na Amazônia. Revista de Saúde Coletiva, 2023.